

Todos os direitos reservados e protegidos.
Proibida a duplicação ou reprodução deste livro ou partes do mesmo, sob quaisquer
meios, sem autorização expressa dos editores.

Produção gráfica

Editora Lucerna

Diagramação

Victoria Rabello

Capa

Luis Sagar & Marcus Gaio

CIP-Brasil. Catalogação na fonte
Síndico Nacional dos Editores de Livros, RJ

P941e

Preti, Dino
Estudos de língua oral e escrita / Dino Preti. – Rio de Janeiro : Lucerna, 2004
216p. : 23cm. – (Série Dispersos)

Inclui bibliografia

ISBN 85-86930-33-4

1. Língua portuguesa – Português falado. 2. Língua portuguesa – Português escrito. 3. Comuni-
cação oral. 4. Comunicação escrita.
I. Título. II. Série.

04-0266.

CDD 469.1
CDU 811.134.3

EDITORA LUCERNA® é marca registrada da
Editora YH Lucerna Ltda.

Rua Colina, 60 / sl. 210 – Jd. Guanabara

CEP 21931-380 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3393-3334/2462-3976/2463-7446

www.lucerna.com.br / info@lucerna.com.br

Caixa Postal 32054 – CEP 21933-970 – Rio de Janeiro – RJ

SUMÁRIO

Prefácio – *Evanildo Bechara* 7

Apresentação 9

PARTE I A linguagem oral urbana

- 1 Mas, afinal, como falam (ou deveriam falar) as pessoas cultas? 13
- 2 As narrativas na conversação: a reprodução de diálogos 21
- 3 As narrativas na conversação (2): falas reproduzidas e
falas pressupostas 28
- 4 Variação linguística e faixa etária: interação de idosos 38
- 5 A hesitação no discurso dos idosos 47
- 6 Alguns problemas interacionais no diálogo de “idosos velhos”
com jovens 55

PARTE II O vocabulário oral popular: a gíria

- 7 A gíria na cidade grande 65
- 8 Dicionários de gíria 71
- 9 A gíria como um elemento da interação verbal na linguagem urbana .. 87
- 10 Transformações no fenômeno sociolinguístico da gíria 99
- 11 A gíria e o ensino da segunda língua 109

Mas, afinal, como falam (ou deveriam falar) as pessoas cultas?

O estudo da linguagem culta não implica necessariamente estabelecer um critério de valor para essa variante. O que se pensa é exclusivamente determinar como ela se constitui para representar o seu papel de maior prestígio social, que a própria sociedade lhe atribui.

Quando falamos em prestígio social, podemos lembrar que a língua funciona, numa sociedade, como uma marca social de um grupo, como um elemento identificador, à semelhança do que ocorre com o vestuário. Há, inequivelmente, roupas que são índices de maior prestígio social para seus usuários. Não se trata propriamente de roupas “superiores”, mas que são julgadas como tal pela comunidade, em razão de uma série de motivos, que vão desde o fato de seres preferidas pelas pessoas de condição e *status* social mais elevado, até o fato de estarem ligadas a uma elite social, assim considerada pela própria sociedade.

Com a língua acontece mais ou menos a mesma coisa. A rigor, todas as pessoas possuem uma atitude social perante a língua, o que importa dizer um julgamento de valor. Isto é, possuem a noção de existência de um padrão teórico ideal, do que julgam ser uma linguagem superior. Esse padrão nem sempre pode ser realizado objetivamente. Mas os reflexos de sua existência se traduzem em situações em que o falante declina de “não saber falar bem” ou “não saber escrever como gostaria”. Portanto, está implícita nessa atitude perante a língua a ideia de existência de uma *norma subjetiva* de bem expressar-se que seria a ideal e hipotética linguagem culta. Ao lado dela, existe uma realidade objetiva, conhecida, que resulta da maneira como as pessoas efetivamente praticam a linguagem na comunidade, quando necessitam comunicar-se oralmente ou por escrito. É o que denominamos de *norma objetiva*, que consta do comportamento real dos falantes nas *varias situações de interação* em que se envolvem.

O problema pode ser desdobrado, de início, em duas análises de direções diferentes, levando-se em conta as duas modalidades de língua: a oral e a escrita.

A linguagem oral culta

De ponto de vista da modalidade oral, a situação é mais complexa para análise. Pode-se pensar, a título de simplificação, que existem dois dialetos sociais, um culto e outro popular (ou inculto); um de maior e outro de menor prestígio social. O primeiro seria praticado pelos falantes chamados cultos, isto é, aqueles que possuem maior grau de escolaridade; o outro, pelos falantes de menor grau de escolaridade.

As linhas que delimitam essas variedades, porém, são tão tênues que se entrecruzam. Não raro, caminham paralelas, próximas, apresentam coexistência de formas, em virtude de os falantes que as praticam desempenharem uma variedade muito grande de papéis sociais, participando de atividades em grupos muito diversos culturalmente falando, o que os obriga, a todo momento a se utilizarem de outro dialeto social diverso do seu, se quiserem fazer-se compreender eficazmente pelos seus interlocutores. Essa situação é particularmente observável nas grandes cidades urbanas, em que o indivíduo exerce muitos papéis sociais ao longo de um mesmo dia, comunicando-se com os mais diferentes interlocutores. São o falantes cultos, por certo, os que possuem maior consciência da necessidade de variarem a sua linguagem, em função das *situações de interação* diversas. São eles que, em razão de sua cultura linguística, estão aptos a empregar a linguagem, segundo os seus vários *usos*, adequando suas formas, empregando-as mais próximas ou mais distantes das regras da gramática escrita tradicional, de acordo com o grau de cultura de seus interlocutores, com o *status*, a idade, a escolaridade dos mesmos e o próprio tema da conversação.

Com isso queremos dizer que não se justifica que um falante culto, apesar de seus conhecimentos linguísticos, oriundos de seu grau de escolaridade, de sua vivência cultural, de seu grupo social, torne-se, em qualquer *situação de interação*, um falante formal, de fala linguisticamente tensa, preocupado com o rigor imposto pelas regras da gramática normativa. A ninguém é possível falar com o pensamento voltado para a prática menos ou mais correta das normas gramaticais. O ato de conversação implica uma naturalidade, em que se levam em conta, no momento de sua realização, os objetivos imediatos de comunicação. É evidente que a cultura linguística do falante, seu grau de escolaridade, sua profissão, sua faixa etária, pesam suficientemente sobre seus hábitos de linguagem, para que ele se autodiscipline mais, porque seu *nível de fala* é, afinal, a marca de sua própria cultura e personalidade. Mas nada o impede, também, que seja sensível ao *uso linguístico* dos grupos menos cultos, aos coloquialismos sintáticos e vocabulares (à própria gíria), que lhe permitam, nas interações mais familiares, ganhar importantes recursos expressivos.

É preciso lembrar que nossa linguagem e o culto de visita que nos permite o acesso ao grupo social em que desejamos entrar. Falar fora dos hábitos linguísticos de um grupo significa marginalizar-se. E essa marginalização tanto se pode dar por uma linguagem incorreta gramaticalmente, quanto por uma linguagem excessivamente presa aos cânones gramaticais.

Hoje em dia, na sociedade urbana brasileira, por exemplo, em função da própria transformação democrática por que passou o País, existe uma tendência muito maior de aceitabilidade das formas linguísticas populares, dos coloquialismos sintáticos, do vocabulário gírio do que havia até bem pouco tempo atrás. Não se trata propriamente, como querem os gramáticos mais intransigentes, de uma “decadência da língua”. Esse conceito é em si absurdo, porque a atividade linguística constitui o reflexo das estruturas sociais. A própria Escola abriu as portas para uma linguagem muito mais livre, situada no *uso*, oposta ao purismo gramatical que se tornou na sociedade moderna tão odioso, falso e anacrônico quanto o puritanismo.

Os estudos de língua falada em todo o mundo estão transformando completamente as perspectivas de análise linguística. A língua falada está sendo estudada por parâmetros diversos dos utilizados para a análise da escrita. Não mais procuramos vê-la como uma “língua escrita cheia de erros”, mas sim como uma modalidade de língua que tem seus próprios mecanismos de funcionamento. Por isso, estuda-se como as pessoas interagem na conversação; como lutam pela posse da palavra (o que pode ser uma manifestação de poder na interação); como constroem os tópicos discursivos (individualmente ou a duas vozes); como “negociam” a palavra; como mantêm ou assaltam os *turnos* de fala; como desenvolvem ou abandonam estruturas sintáticas e porque o fazem; como se utilizam abundantemente das repetições para aliviar a densidade de informações do discurso; como corrigem e se autocorrigem; como recorrem à sobreposição de vozes, para apoiar o interlocutor ou contradizê-lo no momento em que fala; etc.

Teoricamente, poderíamos dizer que a grande diferença entre os falantes cultos e os incultos está no fato de os últimos não disporem de estratégias linguísticas de variação, nos diálogos em que se envolvem, não terem recursos para dialogar com interlocutores de diferentes grupos sociais e se fazerem entender ou impor seus argumentos, o que é o caso, também, das crianças.

Antigamente – talvez até bem pouco tempo atrás – ainda se pensava que um indivíduo culto, um professor de língua, por exemplo, não poderia expressar-se utilizando-se, por exemplo, de um vocábulo gírio, por ser o índice de um *registro* linguístico popular, incompatível com um falante culto. E há pessoas que, ainda hoje, são suficientemente tolas para afirmarem que “têm medo de

falar errado" na presença de um professor de Português, como se este devesse ser permanentemente um falante formal, uma "gramática ambulante". A aceitarmos tal absurdo teríamos que aceitar, também, que os falantes cultos seriam os interlocutores mais desagradáveis na conversação, pela perda da naturalidade de fala, elemento básico para o bom andamento da interação verbal.

A própria sala de aula deve dar ao professor a possibilidade de variação de diálogo, de uso dos recursos variados da língua, do coloquial ao culto, sem com isso abdicar de sua condição educativa. Devemos ensinar aos alunos que o falante culto é exatamente aquele que dispõe da consciência da prática da variação da linguagem e de sua adequação às diversas *situações de interação*. São estas que explicam a presença de estruturas em desacordo com o nível de escolaridade do falante, com seu ideal lingüístico, em situações de menor formalidade. O falante culto deve ser "um poliglota da própria língua" (Bechara, 1985: 13). Ele deve saber falar a uma criança, a um adulto, a um analfabeto, a um interlocutor culto, a um público seletivo ou a um grupo de negócios ou, ainda, a um conjunto de amigos numa reunião informal, etc. A sua linguagem com essa variedade de *situações*, não poderia ser sempre a mesma.

Quanto ao ensino, escreve com propriedade o mesmo autor:

No fundo, a grande missão do professor de língua materna – no ensino da língua estrangeira o problema é outro – é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em que isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade lingüística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens. (Bechara, op. cit. p. 14)

Um bom professor de Português, portanto, tem obrigação de conscientizar seus alunos sobre as variações de língua oral, sob pena de incorrer no erro de um conhecido gramático que explicava, na televisão, que corrigira um jovem que respondera a uma sua pergunta com a expressão "fiz ele chorar", dizendo-lhe que o certo seria dizer "fi-lo chorar". Sem dúvida dois "erros", mas, talvez, o segundo mais grave, porque a construção sugerida está fora da língua falada, em qualquer nível de conversação e indica, hoje, na língua do Brasil, um anacronismo absolutamente intolerável, muito embora seja uma estrutura sancionada pela gramática tradicional. Enfim, a construção ideal... para colocar o falante em ridículo.

Gravações efetuadas pelo "Projeto de estudo da norma lingüística urbana culta de São Paulo" (Projeto NURC/SP) têm demonstrado que os falantes cultos, dependendo da *situação de interação*, empregam a língua com bastante

variedade. Assim, num diálogo entre dois jovens formados por universidade, um engenheiro e outra psicóloga encontramos trechos assim:

1.2 é cultural... porque a história/histeria está praticamente desaparecendo... sabe antigamente era:: você pega... há trinta anos atrás... Europa... você encontrava os casos de histeria aqueles de histeria de conversão né? que o cara... tem um aTaque:: que ali na sua frente... isso não acontece mais... sabe... eu não sei te explicar como é que se deu a mudança... mas... caso assim é muito difícil de encontrar... atualmente (NURC/SP, D2 343, linhas 1345-52)¹

É fácil notar que as frases abandonadas ("sabe antigamente era", "você pega"), as misturas de tratamento *tu/você*, o vocabulário coloquial ("cara") mostram uma interação bem natural e despreocupada, como deve ocorrer em interações menos tensas em que a intimidade entre os falantes permita essa liberdade.

Num segundo exemplo, temos um falante culto de posição superior ao ouvinte também culto (o primeiro, diretor de um colégio importante de São Paulo, o outro, professor). O diálogo se torna mais tenso, menos natural (o ambiente é uma sala de diretoria). O falante está preocupado com o gravador, formalizando-se a toda hora, como se estivesse dando uma aula ou fazendo uma palestra. As frases são longas, o processo subordinativo mais frequente, a informação mais densa, as repetições em menor número:

1.1 Eu sou um indivíduo:: muito despreendido... assim... de bens... materiais... por uma questão de natureza... realmente me importo muito pouco com aquilo que:: tenho... mas eu considero o automóvel... face às condições do transporte urbano... como sendo um dos bens... ahn... indispensáveis à minha vida... não apenas pelo fator tempo... mas se algumas vezes eu me senti identificado com um animal... foi quando tive que enfrentar... ônibus... e às vezes até mesmo... a luta pela obtenção do taxi... eu... sou um indivíduo que::... não me entrego em determinadas circunstâncias... de ter que me humilhar para obter algumas coisas ainda que esta humilhação seja em termos assim marcados por uma certa:: condição de nobreza... mas acho que apanhar taxi em São Paulo... ou enfrentar filas de ônibus corresponde a uma humilhação... para a qual eu... ahn psicologicamente não me sinto preparado... (NURC/SP D2 255, linhas 182-98)

Qual dos falantes, nos dois exemplos, se expressa melhor? É difícil dizer, porque o primeiro, conforme vimos, tende para a aceitação dos componentes

¹ Ver, neste livro à p. 22, nota 2, as normas de transcrição empregadas pelo Projeto NURC/SP. Texto publicado na obra: Castilho & Preti, *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo – Diálogo entre dois informantes*. São Paulo: T. A. Quetoz/FAPESP, 1987, v. II, p. 50.

colóquiais da fala; o segundo descreve um estilo que lembra muito mais a linguagem escrita. Os exemplos não visam a demonstrar a superioridade de um sobre o outro, mesmo porque o grau de intimidade entre os falantes é diferente no primeiro e segundo exemplos. Talvez o primeiro seja mais natural, em função do interlocutor, da *situação de interação*, do que o outro. Todavia, nada no discurso do primeiro nos levaria à conclusão de que desconhece a linguagem culta, porque a *situação de interação* em que se envolve não lhe exige esse conhecimento, pelo seu caráter natural e informal. Da mesma forma, nada nos permite concluir que o segundo não dispõe igualmente, em situações menos formais, de estruturas mais populares, colóquiais adequadas a um diálogo mais natural.

A linguagem escrita culta

Esse tipo de análise deveria mudar, se nos referíssemos à modalidade escrita da língua. A razão é simples: muda a *situação de interação*. Não temos mais o ouvinte à nossa frente, face a face, com o qual interagimos. Não contamos mais com os recursos entonacionais. Na língua escrita, poderemos até mesmo não saber quem lerá nosso texto e, portanto, só poderemos pressupor suas reações às nossas idéias. Além disso, pensamos para escrever, temos oportunidade de refazer nosso texto, corrigi-lo, reelaborá-lo, o que não ocorre com a fala. Sobre a produção de nossos textos pesa intensamente nossa cultura linguística, nosso nível de escolaridade, nossas leituras, nossos conhecimentos gramaticais, nossa possibilidade de consultar um dicionário. São todos fatores de controle do texto que redigimos. A tendência, pois, é atendermos com mais atenção às normas de linguagem culta escrita, com obediência às regras da gramática tradicional, embora o coloquial possa também fazer parte de nosso estilo. Teorias linguísticas mais recentes procuram ver as duas modalidades de língua como um *continuum*, pois há textos falados (conferências, por exemplo) que se aproximam da escrita, assim como textos escritos que se aproximam da fala (escritos murais, cartas familiares, *cartuns* etc.), o que torna a variação linguística um fenômeno comum às duas modalidades de língua. (Cf. Marcuschi, 2000: 35-43). E, hoje, com a divulgação da Internet, temos até textos indecisos entre uma modalidade e outra, como os *chats* (bate-papos), já investigados pelos linguistas modernos. (Cf. Hilgert, 2000: 17-57)

Não nos esqueçamos de que a própria literatura contemporânea vem utilizando, cada vez mais, a linguagem coloquial (embora elaborada e, não raro, muito elaborada, como no estilo de um Rubem Fonseca ou de um João Antônio, no Brasil).

Nessa aproximação fala/escrita, os meios de comunicação de massa (em especial, os jornais) tem rompido com os critérios de aceitabilidade social da linguagem, começando pela própria gráfica (presente até nas manchetes) e pelos termos chulos (ativizados de sua carga semântica obscena pela repetição diária na língua oral), o que vem revelar que os redatores de jornal já se afastaram, sob muitos aspectos, das formas puristas que se defasaram e, hoje, constituem índice inequívoco de intolerância e reação à liberdade de expressão.²

Considerações finais

Vemos, pois, que a língua não está em crise, como querem alguns mal informados. Ela prossegue em sua evolução, como reflexo das alterações sociais da comunidade. Se se empregam mais formas gírias, é porque a irreverência e agressividade natural desse vocabulário corresponde melhor ao clima de agressão às instituições tradicionais e porque, hoje, se reconhece nesse fenômeno vocabular uma fonte muito importante de criatividade do léxico popular; se estão perdendo-se os tabus linguísticos, é porque antes já se haviam perdido muitos dos tabus morais da sociedade contemporânea; se houve valorização da linguagem coloquial, é porque os movimentos democráticos têm valorizado a cultura popular; se novas maneiras de dizer se constituíram, é porque se alteraram profundamente os critérios de aceitabilidade social da linguagem.

Em crise, talvez, estejam certos setores da Escola, mais radicais, aferrados ao purismo, que não têm condições de interpretar e ensinar a seus alunos essa nova visão da realidade linguística, isto é, a lição da diversidade, da adequação entre língua e *situação de interação*.

A verdadeira lição dos falantes ou escritores cultos, pois, é a de que a língua deve ser usada na sua mais completa naturalidade, explorando todos recursos que temos à disposição, sejam eles da linguagem culta ou da coloquial, sempre tendo-se em mente que são as necessidades interacionais que irão decidir quais são as melhores estruturas ou os vocábulos mais expressivos para o ato conversacional ou para a interação escritor/leitor.

² A propósito da presença da oralidade na escrita jornalística, veja-se o excelente estudo de Ana Rosa Ferreira Dias: *O discurso da violência. As marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUc. Cortez, 1996.

- BECHARA, Evanildo (1985). *Fisio da gramática. O pressor? Liberdade?* São Paulo: Atual.
- CASTILHO, Ataliba T. & PRETI, Dino (Orgs.) (1987). *A linguagem falada cula na cidade de São Paulo. Diálogos entre dois informantes*. São Paulo: T.A. Quérios/FAPESP.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira (1996). *O discurso da violência. As marcas da oralidade no jornalismo popular*. São Paulo: EDUC/Cortez.
- HILGERT, José Gaston (2000). A construção do texto “falado” por escrito na Internet. In: PRETI, Dino (Org.) *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, p. 17-56.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2000). *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.

(1.ª versão: O Estado de S. Paulo. Suplemento Cultural. 22/9/90, p. 4-5)

As narrativas na conversação: a reprodução de diálogos

O ato de narrar fatos durante uma conversação pode ser analisado como um recurso de que o falante dispõe para referir-se a eventos ocorridos e que tem ligação com o tema sobre o qual está falando. Para Tannen (1984: 97), “a narrativa não é uma categoria discreta, mas um protótipo. Alguns textos verbais são mais narrativos do que outros. A narrativa prototípica ou história (uso temos um pelo outro) reconta eventos que ocorrem no passado.”

Basicamente, pois, as narrativas parecem constituir processos de ilustração de idéias no ato conversacional, ligando-se aos tópicos em desenvolvimento, muito embora, às vezes, possam constituir recursos para desenvolver outros tópicos.

As narrativas fazem parte da estratégia do falante para marcar melhor certas afirmações ao longo da conversação e têm ligação direta com as falas que antecedem e se seguem.

Uma conversação pode organizar-se, dependendo do tema, quase apenas com unidades narrativas, em que um falante dialoga com um entrevistador, por exemplo (cuja participação é, no caso, muito pequena) sobre fatos do passado, intercalados de algumas unidades não-narrativas.¹

Um texto desse tipo organiza-se ao redor de um eixo temporal composto de uma sequência de unidades narrativas, o “esqueleto narrativo” (Labov, 1978). A parte não-narrativa “que se organiza em torno desse esqueleto provê os portadores necessários para reconstruir o mundo representado e para determinar o sentido e o objetivo do texto” (Reinhart, 1984: 781)

Assim, no inquérito NURC/SP 208, falando sobre a família, o informante organiza uma série de unidades narrativas sobre seu passado, tendo como elemento básico da evocação as perguntas que lhe são dirigidas pelo entrevista-

¹ Este texto tem como corpus o inquérito DID-208 do Projeto NURC/SP, constituído de uma entrevista com um informante da segunda faixa etária, 46 anos, masculino, a propósito do tema *família e saúde*, texto publicado em Castilho & Preti (orgs.) *A linguagem falada cula na cidade de São Paulo – Entrevistas*. São Paulo: T.A. Quérios/FAPESP, 1988, v. II, p. 89-104.